



UEPB

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CAMPUS V
CENTRO DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS E SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS
CURSO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

MARIANA GOMES RIBEIRO ROCHA

**O CONFLITO RUSSO-UCRANIANO E A IGREJA ORTODOXA: UMA ANÁLISE
SOBRE A INFLUÊNCIA MÚTUA ENTRE RELIGIÃO E ESTADO.**

**JOÃO PESSOA
2021**

MARIANA GOMES RIBEIRO ROCHA

**O CONFLITO RUSSO-UCRANIANO E A IGREJA ORTODOXA: UMA ANÁLISE
SOBRE A INFLUÊNCIA MÚTUA ENTRE RELIGIÃO E ESTADO.**

Trabalho de Conclusão do Curso – TCC
apresentado ao Curso de Bacharelado em
Relações Internacionais da Universidade
Estadual da Paraíba - UEPB, como requisito
parcial à obtenção do título do grau de
Bacharel em Relações Internacionais.

Área de concentração: Religião e Relações
Internacionais.

Orientador: Prof. Dr. Fábio Rodrigo Ferreira Nobre.

JOÃO PESSOA
2021

É expressamente proibido a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

R672c Rocha, Mariana Gomes Ribeiro.
O conflito russo-ucraniano e a igreja ortodoxa [manuscrito]
: uma análise sobre a influência mútua entre religião e Estado /
Mariana Gomes Ribeiro Rocha. - 2021.
34 p.

Digitado.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Relações Internacionais) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Ciências Biológicas e Sociais Aplicadas, 2021.

"Orientação : Prof. Dr. Fábio Rodrigo Ferreira Nobre ,
Coordenação do Curso de Relações Internacionais - CCBSA."

1. Religião. 2. Rússia. 3. Ucrânia. 4. Conflito. 5. Igreja Ortodoxa. I. Título

21. ed. CDD 355

MARIANA GOMES RIBEIRO ROCHA

**O CONFLITO RUSSO-UCRANIANO E A IGREJA ORTODOXA: uma análise sobre a
influência mútua entre religião e Estado**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Relações Internacionais da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito parcial à obtenção do título de bacharel em Relações Internacionais.

Aprovada em: 15/04/2021.

BANCA EXAMINADORA



Fábio Rodrigo Ferreira Nobre (Orientador)
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)



Alexandre César Cunha Leite
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)



Arthur Mastroiani M. de Lucena
Universidade Federal da Paraíba

AGRADECIMENTOS

Escrever este trabalho não foi uma tarefa simples. Quase dois anos se passaram desde que fui aprovada como bolsista PIBIC/CNPq, o primeiro passo para que o viria a ser meu TCC. Durante esse período, tive o apoio de várias pessoas que tornaram essa caminhada menos cansativa, às quais agradeço:

Primeiramente, aos meus pais, Aurení e Bartolomeu, que investiram tudo o que podiam e não podiam para que eu tivesse acesso a tudo aquilo que para eles não foi possível, e fazem por mim muito mais do que eu mereço. Aos meus avós, Francisca e Francisco Ribeiro (in memorian), Dejanira e José Francisco da Rocha, pelo amor e carinho garantidos em todas as férias.

Ao meu orientador, prof. Dr. Fábio Nobre, pela paciência nesses dois anos nos quais fui sua orientanda. Ao GEPRIR/CEPRIR, pelas discussões que contribuíram para o amadurecimento da minha pesquisa. Agradeço, também, aos diversos professores que tive na graduação e que marcaram minha trajetória acadêmica. Às pessoas mais queridas do Campus V: Dona Eva, Sandra, Dona Bia e a Mariana da secretaria.

Ao Movimento Empresa Júnior, Federação PB Júnior e à minha EJ, Eleven, pelo aprendizado, crescimento e autoconhecimento que levarei pra vida. Em especial, ao meu Dream Team de sobreviventes: Maria Eliane, Thalya, Victor Hugo, Rafael Tobias e Valniele. Os carcarás mais resilientes da federação!!!

Aos meus colegas de curso, que tornaram a graduação mais leve, em especial Maria Victória, Mariana Moraes, Mariana Gadelha, Laleska, Mayra, Ruthe, Yasmin, Anne Elisa, Daniel, Maria Eduarda Peres, Kevin, Marina Queiroz, Ana Karolina, Ewérton, Júlia, e tantos outros que passaram pela UEPB e deixaram sua marca no Campus V e na minha vida.

Ao Sávio, pela paciência e apoio incondicionais. Agradeço, também, aos meus amigos do Piauí, que fizeram a distância ser compensada.

RESUMO

A presente pesquisa visa compreender as relações entre a religião ortodoxa e os Estados, no contexto do conflito russo-ucraniano, que resultaram no cisma entre as Igrejas dos dois países, em 2018. Para tanto, foi realizado um estudo de caso, utilizando-se levantamento bibliográfico, buscando (i) investigar o impacto da Igreja Ortodoxa no conflito russo-ucraniano, bem como os impactos que a instituição sofre do mesmo conflito; (ii) identificar a influência da Igreja Ortodoxa nas estruturas políticas da Rússia e da Ucrânia; e (iii) examinar o rompimento da Igreja Ortodoxa Russa com o Patriarcado de Constantinopla e com a Igreja Ortodoxa Ucraniana, elucidando a forma como a Igreja Ortodoxa está estruturada. Fez-se, também, uma análise dos estudos de Religião e Relações Internacionais, enfatizando a importância do tema. Conclui-se que a presença da Igreja Ortodoxa nos territórios citados foi crucial para a formação da identidade nacional, bem como para os desdobramentos ocorridos no conflito geopolítico entre Rússia e Ucrânia. Por fim, identificou-se que o Estado utiliza-se do elemento religioso para validar seus posicionamentos e interesses políticos.

Palavras-chave: Religião. Rússia. Ucrânia. Conflito. Igreja Ortodoxa.

ABSTRACT

The present research intends to understand the relations between the orthodox religion and the states, in the context of the Russian-Ukrainian conflict, which resulted in the schism between the Churches of the two countries, in 2018. To this purpose, a case study was conducted, using a bibliographical survey, seeking to (i) investigate the impact of the Orthodox Church on the Russian-Ukrainian conflict, as well as the impacts that the institution suffers from the same conflict; (ii) identify the influence of the Orthodox Church on the political structures of Russia and Ukraine; and (iii) examine the rupture of the Russian Orthodox Church with the Patriarchate of Constantinople and the Ukrainian Orthodox Church, elucidating the way that the Orthodox Church is structured. An analysis of Religion and International Relations studies was also made, emphasizing the importance of the topic. It was concluded that the presence of the Orthodox Church in these territories was crucial for the development of national identity, as well as for the consequences of the geopolitical conflict between Russia and Ukraine. Finally, it was identified that the State uses the religious element to validate political positions and interests.

Key words: Religion. Russia. Ukraine. Conflict. Orthodox Church.

LISTA DE ABREVIACÕES E SIGLAS

IOR Igreja Ortodoxa Russa

IOU Igreja Ortodoxa Ucraniana

OTAN Organização do Tratado do Atlântico Norte

RI Relações Internacionais

UE União Europeia

URSS União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

SUMÁRIO

1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS	8
2. RELIGIÃO E RELAÇÕES INTERNACIONAIS	10
3. A IGREJA ORTODOXA	14
3.1 Dogmas e crenças	15
3.2 Estrutura e hierarquia da Igreja Ortodoxa	15
3.3 Igreja Ortodoxa Russa e Igreja Ortodoxa Ucraniana	17
4. CONTEXTO HISTÓRICO E CONFLITO	21
4.1 Antecedentes	21
4.2 Conflito	22
4.3 Participação das Igrejas Ortodoxas e o Cisma de 2018	23
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	27
REFERÊNCIAS	29

1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS

As religiões são cruciais para o entendimento da formação de diversas sociedades ao redor do mundo. Com papéis de claro destaque na cultura, também agem no ordenamento político dessas sociedades, seja pelo ideal de moral e ética que seus dogmas inspiram, seja pelo posicionamento dos seus fiéis. A influência religiosa é tão forte, que é capaz de abranger as leis, a ciência e política externa dos Estados, como será abordado neste trabalho, não só enquanto apoiadora de grupos da sociedade civil, mas também agindo conforme seus interesses e objetivos próprios.

A presente pesquisa, envolvendo a subárea de Religião e Relações Internacionais (RI), é de suma importância para que se expandam as temáticas da disciplina. A subárea citada, ao longo dos últimos vinte anos, vem se desenvolvendo de maneira gradativa, buscando trazer maior diversidade para as pesquisas de RI. Sendo assim, esta pesquisa visa contribuir para a diversificação, ao estudar o conflito geopolítico entre Rússia e Ucrânia sob uma nova ótica de análise, que leva em consideração o fator religioso. Tal questão é pertinente para as RI porque traz um novo elemento para a compreensão de uma questão já amplamente abordada pelos pesquisadores, sendo possível entender motivações e consequências que vão muito além do posicionamento político e do território.

A Igreja Ortodoxa representa a maior instituição religiosa da região do Leste Europeu, sendo primordial para a composição das sociedades na Rússia e na Ucrânia, países centrais neste trabalho. Ainda que de maneiras diferentes, os países em questão têm suas raízes culturais e políticas profundamente atreladas não só entre si, mas também à religião ortodoxa. Os conflitos constantes entre ambos interferem, além da geopolítica, na vida religiosa da população, assim como na propagação do nacionalismo nos países. Ao mesmo tempo, a política nacional e externa dessas nações contribui para diversas ações da Igreja. As relações cortadas entre a Igreja da Rússia e as Igrejas Ortodoxas da Ucrânia e Constantinopla, abordado neste trabalho, é um exemplo disso.

Apesar de não ser a causa do conflito, tampouco o principal tomador de decisão no mesmo, como outrora foi, as Igrejas Ortodoxas detêm de prestígio e importância social nos territórios em que estão firmadas. Nesse sentido, Ferreira e Carletti (2018, p. 5) explicam que, no que se trata da atuação das instituições religiosas no Estado secular, elas não buscam o papel preponderante, mas sim “como um dos fatores que constroem a sociedade civil e que reclama o direito de intervir e de dialogar com as outras forças sociais”. A importância

acadêmica do tema é, portanto, explorar a participação, enquanto agente secundário, das instituições religiosas no conflito militar entre Rússia e Ucrânia.

Dito isto, a presente pesquisa tem como objetivo compreender as relações entre a religião ortodoxa e o Estado, no contexto do conflito russo-ucraniano, que resultaram no cisma entre as Igrejas dos dois países. Para tanto, propõe-se: (i) investigar o impacto da Igreja Ortodoxa no conflito russo-ucraniano, bem como os impactos que a instituição sofre do mesmo conflito; (ii) identificar a influência da Igreja Ortodoxa nas estruturas políticas da Rússia e da Ucrânia; e por fim (iii) examinar o rompimento da Igreja Ortodoxa Russa com o Patriarcado de Constantinopla e com a Igreja Ortodoxa Ucraniana, elucidando a forma como a Igreja Ortodoxa está estruturada.

A partir dos objetivos elucidados, busca-se responder à seguinte pergunta: de que forma a Igreja Ortodoxa está presente no conflito geopolítico entre Rússia e Ucrânia? Espera-se, para tanto, demonstrar que a religião, no contexto do conflito russo-ucraniano, é utilizada enquanto instrumento de *soft power* pelo Estado russo, para o exercício da sua influência predominante entre os países que já foram partes integrantes de seu território. A metodologia utilizada para tal será o levantamento bibliográfico, feito através de leituras em periódicos, livros, artigos e revistas. Além disso, o caráter será qualitativo explicativo, visando esmiuçar as características, conceitos e eventos envolvidos na temática proposta. Desta forma, será feito um estudo de caso, buscando a compreensão e análise das relações entre a Igreja Ortodoxa e o conflito russo-ucraniano, no período pós-Guerra Fria até os dias atuais, ou seja, 1990 a 2020.

No primeiro tópico deste trabalho, será abordado o aspecto teórico da subárea de Religião e RI, bem como se deu o desenvolvimento da mesma dentro da disciplina. Assim, serão expostos eventos que culminaram na ascensão das temáticas de religião nas agendas de pesquisa, além da relação entre o fator religioso e a política internacional.

No segundo tópico, a pesquisa irá discorrer acerca das características da Igreja Ortodoxa. Serão abrangidos os conceitos dogmáticos e as principais crenças dessa religião, tal qual sua estrutura organizacional e hierarquia. Por fim, será tratado o desenvolvimento da relação entre Igreja Ortodoxa e os Estados da Rússia e da Ucrânia.

Já no terceiro tópico, o enfoque estará no contexto histórico do conflito, apontando seus antecedentes, desenvolvimento e consequências, tanto para os países envolvidos, quanto para suas Igrejas.

Por fim, nas considerações finais, será apresentado um aparato geral de cada tópico do trabalho, de modo que se possa refletir se os resultados encontrados são satisfatórios e estão de acordo com o proposto no momento de apresentação da pesquisa.

2. RELIGIÃO E RELAÇÕES INTERNACIONAIS

A disciplina de Relações Internacionais (RI) é marcada por sua extensa variedade de áreas e subáreas temáticas, cada uma com características ímpares, que as distingue ou assemelha às demais. Todavia, apesar da diversidade de pesquisas, algumas delas são ainda muito recentes, como os estudos de Religião e RI. Estes, que vêm crescendo ao longo dos últimos vinte anos, têm se mostrado indispensáveis para a compreensão dos fenômenos internacionais contemporâneos.

Desde o fim da Guerra Fria, seguido pelos atentados contra as Torres Gêmeas, em 11 de setembro de 2001, o *mainstream* das RI passou a dar mais espaço, ainda que pouco, para pesquisas e subáreas que tragam novas óticas de análise. O evento tornou mais clara a complexidade que envolve as relações entre os países do que conhecemos como Ocidente e Oriente. Porém, uma das consequências geradas para a academia, foi expor a deficiência que não só as RI, mas as Ciências Sociais no geral possuem ao abranger a participação das religiões num mundo supostamente secular (FOX e SANDLER, 2004, p. 19).

O sistema internacional moderno, anárquico e formado por Estados-nações soberanos costuma considerar seu ponto de partida em 1648, com a Paz de Westfalia. Este é encarado como o marco inaugural das relações internacionais contemporâneas, no qual os países europeus firmaram uma série de acordos políticos, visando sanar seus conflitos de maneira racional. O motivo para tal iniciativa foi por um fim na Guerra dos Trinta Anos, que assolou a Europa no século XVII. O estopim foi a imposição do catolicismo romano pelos governantes, entrando em conflito com as Igrejas Protestantes, mas haviam outras divergências na região. Desta forma, nasceram os três princípios que regem esse sistema: a soberania, o direito de autodeterminação e a não intervenção. Foi nesse momento, também, que se promoveu a total separação entre Igreja e Estado, implicando diretamente no afastamento das religiões das questões políticas (HAYNES, 2016, p. 26-8).

Defendia-se, para tanto, de acordo com ideais iluministas, a secularização. Ou seja, tudo aquilo que era de caráter religioso, divino, passa a ocupar um papel secundário. Em contrapartida, a ciência, a racionalidade e a liberdade humana emergem enquanto essenciais para o progresso e desenvolvimento das sociedades modernas (FERREIRA, 2015, p. 155-7). Entretanto, é importante frisar que a separação entre Igreja e Estado não aconteceu rapidamente, tampouco em sua totalidade; e, em alguns casos, nunca ocorreu.

O Estado passou a ser considerado como uma estrutura maior e com mais autoridade sobre os processos e tomadas de decisão nas sociedades ocidentais, do que as religiões.

Assim, a principal renovação ocorrida, de fato, foi a passagem das leis divinas como prioridade, para as leis humanas, firmadas pelo Estado. Todavia, este fator não foi o suficiente para que a tese da secularização se concretizasse totalmente, como esperado. Ao longo dos séculos, mesmo com o avanço da ciência e, posteriormente, da globalização, as religiões continuaram fortes e presentes nas relações sociais. Mesmo em um sistema supostamente secular, as leis divinas ainda representam guias morais e éticos não só para os indivíduos, mas também para os próprios Estados (SOARES, 2020).

A negligência existente no estudo da influência religiosa na sociedade internacional é, segundo Estrada (2016, p. 62-5), consequência de diversos fatores: a secularização, firmada na formação dos Estados modernos, com a separação entre estes e as Igrejas, trouxe a falsa premissa de que as religiões perderiam poder e espaço nas sociedades. A agenda de pesquisa das Ciências Sociais do século passado, de acordo com os autores, mostravam a superação do divino e a priorização do racional e lógico. Entretanto, os eventos que se seguiram logo à entrada do novo século acabaram por evidenciar que, na verdade, as religiões, assim como as suas instituições formadoras, continuam sendo agentes não só na vida individual de seus seguidores, mas também na política internacional.

Para Fox (2001, p. 59, apud ESTRADA, 2016, p. 68), “a religião influencia a política internacional em três maneiras significativas: através dos valores que os tomadores de decisão imprimem à política externa; como fonte de legitimidade política; e pelo transbordamento de questões religiosas através de fronteiras”. Posto isto, é possível destacar que as religiões cumprem papel enquanto agentes de *soft power* (poder brando). Este conceito, cunhado por Joseph Nye (2002), diz respeito aos poderes exercidos pelos atores estatais e não estatais do sistema internacional, no que tange à influência exercida sobre outros, seja ela ideológica, cultural ou até mesmo linguística. O *soft power* é, portanto, tudo aquilo que não compõe a tradicional força bélica-militar, chamada por Nye de *hard power* (poder duro).

As teorias clássicas das RI, principalmente o realismo, têm como foco a análise das capacidades estatais, sobretudo o poder político e militar. O desenvolvimento da disciplina na segunda metade do século XX, como aponta Ferrara (2016, p. 89), se deu em torno dessas teorias, o que contribuiu para o afastamento dos estudos de religião e RI. Além disso, as religiões são vistas pelos pesquisadores, até os dias atuais, como causadoras de desavenças entre os povos, colocando em risco os princípios westfalianos. Ademais, os ataques de 11/09 culminaram em uma forte “associação do fundamentalismo religioso, sobretudo de natureza islâmica, com o terrorismo e a violência arbitrária” (FERRARA, 2016, p. 89).

Durante o período da Guerra Fria, houve maior conscientização dos impactos do *soft power* – ainda que as atenções estivessem voltadas para a corrida armamentista –, devido à disputa ideológica entre os Estados Unidos e a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), o o fator religioso se fez presente nos dois polos. Para Ferrara (2016, p. 100), as religiões utilizam amplamente o *soft power* porque “é, muitas vezes, a única opção disponível, uma vez que esses atores (religiosos) [...] não possuem recursos de *hard power*”.

Nas seções seguintes deste trabalho, serão apresentados elementos pertinentes à religião no Oriente. Já na Europa Ocidental e conseqüentemente nas regiões do globo onde o catolicismo é forte, destacou-se a atuação da Igreja Católica Romana, no que Ferreira e Carletti (2018, p. 6) ilustram:

O papa polonês, João Paulo II¹, não mediu esforços para combater a influência comunista, não apenas no Leste Europeu, onde encorajou de todas as formas seu país natal a liderar o processo de enfraquecimento da URSS, mas também em outras regiões do mundo, como a China, e a própria América Latina.

Desta forma, é possível notar que, muito antes do 11/09, a religião já possuía um papel atuante nas relações internacionais, como usuários de *soft power*, ainda que não fosse reconhecido. Além da intervenção papal, os autores citam (p. 6) a Revolução Iraniana de 1979 como o primeiro evento que “despertou” a atenção para a relação entre política e religião, embora tenha ocorrido em um Estado que não se encontrava no centro das RI, à época. À vista disso, é possível verificar que a secularização de Westfalia equivale mais a um aparato teórico do que prático: apesar de a academia desprezar o elemento religioso, este continuou sendo crucial para as relações sociais.

Após o fim do bloco socialista na virada dos anos 1990 e o estabelecimento do sistema internacional multipolarizado, a disciplina de Relações Internacionais moveu-se da tensão característica da Guerra Fria, não mais existente, para o estudo das sociedades e a globalização, conflitos locais e cultura, abrindo espaço que emergissem o estudo das religiões. A conjuntura global da época contribuiu, segundo Ferrara (2016, p. 94), para que as religiões voltassem a se destacar, reiterando que “as religiões tomaram em alguns casos o lugar das ideologias, não porque tenham se tornado elas mesmas ideológicas, mas porque chamadas a preencher um vazio de pensamento identitário”.

Somada à retomada da religião enquanto entidade norteadora tem-se a consequência das profundas e rápidas mudanças nas sociedades, na segunda metade do século XX, que são vistas como negativas por grupos conservadores. As religiões, então, associam-se àqueles que

¹ João Paulo II foi o líder da Igreja Católica de outubro de 1978 até a sua morte, em 2005.

desejam retornar aos valores e princípios tradicionais, cujos ideais estão assentados no nacionalismo. Para esses grupos políticos, o secularismo não é benéfico, e o fundamentalismo religioso é visto como o meio de propagar os valores religiosos enquanto primordiais para a sobrevivência da nação (FOX, 2004, p. 717-8).

As ondas nacionalistas que provocaram conflitos étnicos nos primeiros anos pós-Guerra Fria, contaram com a religião como uma variável intensificadora nos desdobramentos desses conflitos. Posto isto, Fox (2004, p. 728) conclui que “a religião é um fator de exacerbação muito forte, aumentando o nível médio de rebelião em cerca de 67% entre os anos 1995 a 2000”². Apesar disso, as religiões não se registrem ao nacionalismo, mas também influenciam posicionamentos políticos internos.

No próximo tópico, serão delineadas as peculiaridades da Igreja Ortodoxa, na qual este trabalho está centrado. Características dogmáticas e estruturais serão abordadas, assim como a presença dessa religião na cultura, nos valores e na política.

² “religion is a very strong exacerbating factor, increasing the mean level of rebellion by about 67% in the 1995–2000 period”. Traduzido pela autora.

3. A IGREJA ORTODOXA

A palavra “ortodoxia” tem origem grega – *orthodoxia* -, tendo como significado, no contexto religioso, a doutrina e ensinamentos sendo seguidos de maneira tradicional, ou seja, sem flexibilização ou reinterpretações (LOIACONO, 2005).

Na tradição bizantina, “Igreja Ortodoxa” é a denominação dada a todas aquelas que comungam umas com as outras e que aceitam os dogmas estabelecidos pelos sete conselhos ecumênicos³, principalmente nos decretos do Concílio da Calcedônia de 451 d.C. (MCGUCKIN, 2008, p. 23-6). Segundo Reis (1964), o termo “concílio” diz respeito à assembleia de todos os bispos de uma Igreja. Ware (2020) aponta que os ortodoxos “creem que o concílio é o principal órgão através do qual Deus guia seu povo e considera-se a Igreja Católica como uma Igreja essencialmente conciliar”.

A Igreja Ortodoxa nos moldes com os quais existe hoje surgiu em 1054, a partir do Cisma do Oriente, também chamado de Grande Cisma⁴. Este evento corresponde ao momento no qual o cristianismo romano e bizantino cortaram relações ecumênicas – ou seja, puseram fim à unidade cristã até então existente –, simbolicamente selado pela excomunhão do líder oriental, o Patriarca de Constantinopla (HURLBUT, 1979, p. 145).

O Grande Cisma de 1054 teve como causa, no contexto teológico, entre outras de caráter cultural, a chamada cláusula *filioque*, em latim, “do filho”. A expressão surgiu em meados do século VIII, quando os católicos ocidentais passaram a adotar o Espírito Santo como procedente do Pai e do Filho, e não apenas do Pai, como afirmavam os ortodoxos. Sendo a adesão do *filioque* ao Credo original, aprovada no século XI pelo Papa Bento VIII, uma decisão individual e não conciliar, os Patriarcas não a consideravam verdadeira (FELLER e BENNERT, 2018, p. 124-6).

Atualmente, a Igreja Ortodoxa conta com mais de 300 milhões de fiéis (GIELOW, 2019). Destes, segundo Gielow (2019), cerca de 150 milhões se encontram sob jurisdição da Igreja Ortodoxa Russa, que, de acordo com McGuckin (2008, p. 47), em dados anteriores ao cisma de 2018, possui mais de 27 mil paróquias.

³ Niceia I (325), Constantinopla I (381), Éfeso (431), Calcedônia (451), Constantinopla II (553), Constantinopla III (680) e Niceia II (787).

⁴ Um cisma, como definido pelo dicionário online Dicio, é a “separação de uma pessoa ou grupo de pessoas de uma organização, geralmente religiosa”.

3.1 Dogmas e crenças

O cristianismo ortodoxo, no que diz respeito ao princípio da crença, segue a doutrina da Santíssima Trindade, composta por Pai, Filho e Espírito Santo. Como afirma McGuckin (2008, p. 122), os ortodoxos creem no Pai, pela misericórdia do Filho, na figura de Jesus Cristo, através do poder do Espírito Santo. Assim, cada elemento é uma forma de manifestação de um único Deus. Segundo Feller e Bennert (2018, p. 128), “[...] o Pai é afirmado como monarca mediante a geração do Filho e a processão do Espírito”.

A vida religiosa dos fiéis ortodoxos é marcada pelos mistérios, conhecidos no Ocidente como sacramentos: batismo, crisma, eucaristia, confissão, ordenação, matrimônio e unção dos enfermos. Na ortodoxia, batismo e crisma são realizados em sequência, sendo a Eucaristia dada como conclusão da iniciação cristã (HIEROTHEOS, 2020).

No que tange ao rito litúrgico, segundo Ware (2020), está estruturado na leitura e reflexão da liturgia da Palavra e na liturgia Eucarística, que corresponde ao ato da comunhão, na consagração do mistério da eucaristia. Na tradição das igrejas judaico-cristãs, a segunda liturgia começa na preparação do pão, a hóstia, e do vinho para a comunhão dos fiéis. Esse ritual é chamado pelos ortodoxos de *Proskomide*, a oferta.

3.2 Estrutura e hierarquia da Igreja Ortodoxa

Desde seu surgimento, o cristianismo ortodoxo segue os moldes da divisão territorial, onde cada jurisdição, chamada patriarcado, possui autonomia administrativa. Os Patriarcas são, então, os líderes hierárquicos da comunidade ortodoxa da qual pertencem. Atualmente, a composição da Igreja Ortodoxa conta com os quatro antigos patriarcados – Constantinopla, Antioquia, Jerusalém e Alexandria – somados às novas jurisdições surgidas a partir da sua expansão. Os novos patriarcados foram elevados a esta posição devido sua extensão territorial e importância histórica (WARE, 2020).

As Igrejas Autocéfalas são jurisdições territoriais que adquiriram autonomia em sua administração, mas não cumprem os requisitos citados para se tornarem Patriarcados. Estas são lideradas pelo Arcebispo Maior ou Metropolita, possuindo direitos e deveres comuns aos Patriarcas eleitos. O nome Metropolita se deve ao fato de que as dioceses maiores, chamadas Arquidioceses no catolicismo, na Igreja Ortodoxa levam o nome de Metrópole. (KHATLAB, 2006).

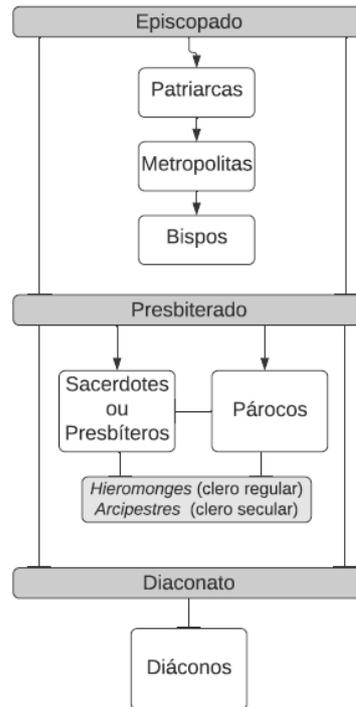


Figura 1 – Estrutura hierárquica da Igreja Ortodoxa.

Fonte: Elaboração própria, com base em Ecclesia.com.br

A Figura 1, acima, traz uma representação simplificada do clero ortodoxo, semelhante ao católico romano. São três graus de hierarquia: episcopado, presbiterado e diaconato. Este último é o grau mais baixo, e compreende os diáconos, membros do clero que desempenham funções menores nas paróquias, mas não estão aptos para realizar os mistérios. O presbiterado, também chamado sacerdócio, engloba todos os presbíteros, ou sacerdotes, podendo estes ser divididos em dois grupos: hieromonges, também chamados de clero negro ou clero regular, que são celibatários, e arcipestres – clero branco⁵ ou clero secular -, que podem se casar, pois a possibilidade é permitida na instituição. Os sacerdotes responsáveis por paróquias denominam-se párocos (HIEROTHEOS, 2020). O episcopado, grau mais alto da hierarquia, abrange os bispos. Patriarcas, metropolititas e arcebispos são igualmente bispos, mesmo que possuam diferentes funções e existam dentro da hierarquia acima exposta (KHATLAB, 2006).

Em relação ao episcopado, Ware (2020) aponta que “se olharmos a Igreja do ponto de vista não de ordem eclesiástica, mas de direito divino, então temos que dizer que todos os bispos são essencialmente iguais, por mais humilde ou nobre que seja a cidade que ele preside”. Em outros termos, o episcopado possui uma hierarquia formulada para fins administrativos, mas que não se aplica sob a ótica divina.

⁵ Tanto o clero negro, quanto o branco, recebe essa denominação devido à cor de suas vestimentas.

A eleição dos Patriarcas, bem como a autocefalia das Igrejas, é feita através dos Sínodos Ecumênicos, também chamados Concílios, assembleias convocadas pelo Patriarcado de Constantinopla (KHATLAB, 2006). Tal função se deve ao fato de Constantinopla ser o “primeiro de seus pares”, título este conferido também ao seu líder. Deste modo, o antigo patriarcado é também denominado Patriarcado Ecumênico, possuindo direitos e deveres para a resolução de conflitos internos no cristianismo ortodoxo (WARE, 2020). O Sínodo, como explica o site oficial do Patriarcado Ecumênico (2019): “é composto por doze Hierarcas, cada um com mandato de um ano, com metade dos membros do Sínodo mudando a cada seis meses em março e setembro”⁶. Cada Hierarca pertence a uma denominação territorial. Nos próximos tópicos, duas denominações de grande expressão serão abordadas: Igreja Ortodoxa Russa e Igreja Ortodoxa Ucraniana.

3.3 Igreja Ortodoxa Russa e Igreja Ortodoxa Ucraniana

A Igreja Ortodoxa Russa (IOR), a qual é o cerne do presente trabalho, obteve o grau de patriarcado no ano de 1589. O cristianismo ortodoxo chegou à Rússia ao final do século X e, ao longo dos séculos, adquiriu certas particularidades históricas que, como aponta Kalkandjieva (2013, p. 282-5), são intrínsecas ao surgimento e estabelecimento do nacionalismo no país. Dentre as quais, encontram-se a construção da língua e do alfabeto russo, bem como a estreita, porém instável, relação entre a IOR e o Estado. Os czares do Império Russo, segundo Weeks (2006, p. 27-31) eram favoráveis à hegemonia da cultura e idioma russos, assim como ao predomínio e expansão da religião cristã ortodoxa em todo o território, suprimindo particularidades locais, principalmente, na Bielorrússia e na Ucrânia.

Durante os anos que precederam a queda do czarismo, as relações entre Igreja e Estado encontravam-se deterioradas. Ao longo do século XIX, o governo aprovou uma série de reformas institucionais no corpo administrativo da Igreja Ortodoxa Russa, que no momento se encontrava em forma de Sínodo e sob tutela do Estado, mas acabaram por falhar. No início do século XX, no período anterior a Revolução de 1905, o czar Nicolai II interferiu diretamente não só no escopo institucional, mas também nas questões pertinentes à doutrina cristã, fazendo com que o clero ortodoxo pedisse o fim da tutela e o afastamento do Estado em relação às questões eclesiais. Entretanto, a Igreja fez-se essencial durante a Primeira

⁶ “[...] is comprised of twelve Hierarchs, each serving a year-long term, with half of the Synod's members changing every six months in March and September”. Traduzido pela autora.

Guerra Mundial (1914-1917), principalmente na proliferação de discursos nacionalistas no país (FREEZE, 2006, p. 290-303).

No ano de 1917, após a abdicação de Nicolai II, o Governo Provisório, que precedeu a Rússia Revolucionária, permitiu que o Patriarcado fosse restituído (MCGUCKIN, 2008, p. 48). A partir da revolução e da ascensão bolchevique, ocorreu o colapso da Igreja Ortodoxa no país, com o exílio de seus líderes. Sobre o rompimento entre Estado e Igreja, Goertz (2020) reitera que:

[...] foram desapropriados os imóveis e terrenos da Igreja, seus templos e prédios – tudo foi incluído no rol do patrimônio popular. Desta maneira, foi retirada da Igreja a base material da sua existência. Segundo o decreto de Lênin, todas as comunidades religiosas perderam os direitos de pessoa jurídica, não podendo ter propriedades, nem receber qualquer tipo de ajuda estatal. [...] foram assassinados 25 bispos, quase 3 mil sacerdotes, cerca de 2 mil monges e freiras, assim como 15 mil fiéis, aproximadamente. A fim de evitar tal martírio, o Patriarcado de Moscou declarou-se, muitas vezes, leal ao Estado soviético e conclamou os fiéis a assumirem a mesma posição.

Apesar da distância de seu país de origem, o clero russo continuou a pregar princípios nacionalistas, firmados na defesa da volta do monarquismo teocrático. Assim, a orientação nacionalista da Igreja Ortodoxa Russa no exterior estava calcada sobre o “triângulo da Fé, Czar e Pátria”.⁷ (KALKANDJIEVA, 2013, p. 290-292).

A Igreja Ortodoxa Ucrâniana (IOU), que até meados do século XVII constituía a Metrópole de Kiev, foi anexada pelo Patriarcado de Moscou no ano de 1686, passando, então, a integrar a Igreja Ortodoxa Russa (PONOMARIOV, 2019). Com a queda do czarismo, nacionalistas e clérigos ucranianos, além de reivindicarem a independência política de seu país, exigiam a autocefalia da Igreja Ucrâniana, visto que o Metropolita havia sido assassinado por bolcheviques, bem como sua total independência do novo Estado, que veio a ser proclamado. Ademais, requeriam o uso da língua ucraniana durante as celebrações religiosas. Em 1918, um estatuto estabelecendo a administração provisória da IOU foi promulgado, dando maior autonomia para Kiev, mas negando sua autocefalia (RESHETAR, 1951, p. 38-43).

Para os clérigos ucranianos, a inabilidade do Governo Provisório em controlar as revoltas camponesas e a indiferença com quais os assuntos religiosos da Ucrânia eram tratados, culminaram em um crescente sentimento de desconfiança ante a nova república. Entre o alto clero russo, alimentava-se a ideia de uma Rússia única e indivisível, sintetizada na expressão “Mundo Russo” (*russkiy mir*), ideia esta surgida ainda à época do czarismo e

⁷ [...] the triangle of Faith, Tsar and Fatherland”. Traduzido pela autora.

principal razão para qual a autocefalia ucraniana não era aceita. Igualmente, separar as igrejas, para os ucranianos, significaria encorpar o movimento nacionalista, através da “desrussificação”⁸ do país, que foi independente entre os anos de 1918 e 1921 (BOCIURKIW, 1985, p. 2-11).

Entre os três anos nos quais foi um país autônomo, a igreja na Ucrânia acabou por se dividir. Até o cisma de 2018, existiam a Igreja Ucraniana do Patriarcado de Moscou, sob jurisdição da IOR, a Igreja Ucraniana do Patriarcado de Kiev, surgida em 1991 e liderada pelo Patriarcado de Constantinopla, precursora da separação contemporânea e, por último, a Igreja Ortodoxa Autocéfala Ucraniana (IOAU). Esta, surgida em 1921, originou-se do processo separatista de 1917, mas teve seu reconhecimento canônico negado, assim como o Patriarcado de Kiev, e foi duramente perseguida pelo governo russo, quando a Ucrânia foi anexada pela URSS (MCGUCKIN, 2008, p. 56). A Igreja Autocéfala surgiu a partir do Conselho das Igrejas Ucranianas, cujo objetivo principal era mover as paróquias administradas pelo Patriarcado de Moscou, para a nova instituição autônoma. Entretanto, em 1930, trinta e cinco bispos que participaram de sua fundação foram presos pelo governo da URSS, acusados de ajudar os nacionalistas da União Pela Libertação da Ucrânia, movimento liberal e separatista, minando as forças da IOAU (RESHETAR, 1951, p. 44-48).

Com o fim da Guerra Fria e a dissolução da URSS, a Igreja Ortodoxa Russa pode enfim reestabelecer-se, ao passo que o “vácuo ideológico deixado pelo Comunismo propiciou as condições para uma revitalização religiosa no país” (BEZERRA, 2019, p. 52). A retomada do ideal nacionalista de Mundo Russo, segundo Laine (2019, p. 197-9) foi essencial para o reestabelecimento da força da Igreja, enquanto instituição importante no país. Arelado ao Mundo Russo, está também o conceito de “Santa Rússia” (*svyataya Rus*), utilizado pela IOR para reforçar a conexão espiritual entre russos, bielorrussos e ucranianos. Desta maneira, mesmo com a independência política das nações que fizeram parte da União Soviética, o anseio da Igreja Ortodoxa Russa é que as metrópoles desses novos países se mantenham sob sua jurisdição, empregando “Santa Rússia” como justificativa religiosa para negar a autocefalia.

A disposição das paróquias, bem como o número de fieis, é vista com muita importância dentro da Igreja Ortodoxa Russa, que, antes do cisma, era a maior igreja ortodoxa do mundo, fato este que lhe fornecia prestígio entre as demais instituições cristãs orientais.

⁸ “De-Russification” é um termo apresentado por Bociurkiw (1985) para sintetizar a tentativa ucraniana de cortar a influência russa na política, cultura e sociedade do país.

Em 2016, das 31 mil paróquias pertencentes à IOR, 12.400 estavam localizadas em território ucraniano, enquanto 14 mil estavam, de fato, na Rússia (SUSLOV, 2016, p. 134-6).

4. CONTEXTO HISTÓRICO E CONFLITO

O conflito político e econômico entre Rússia e Ucrânia, iniciado após a dissolução da URSS, perdura até os dias atuais. Seus elementos centrais são o nacionalismo e o gás natural utilizado como fonte de energia na região do Leste Europeu, cujo fornecimento se dá, em grande parte, através das reservas presentes na Crimeia, que foi anexada à Rússia em 2014 (MIELNICZUK, 2014, p. 7-10). Para Dias (2015, p. 44), a intensidade do confronto “resulta da evolução e interseção de questões identitárias, políticas, socioeconômicas e geoestratégicas”, que ao longo dos anos tornaram-se substanciais para a compreensão da dinâmica geopolítica desses países. Nos tópicos a seguir, são abordados os antecedentes da anexação da Crimeia: a crise do gás, de 2008, e os protestos do EuroMaidan, em 2013.

4.1 Antecedentes

Desde o fim da URSS, os países em questão vivem em constante divergência em torno das fontes enérgicas que abastecem a região, assunto constantemente debatido na Comunidade de Estados Independentes (CEI), formada por países que pertenceram a União Soviética (FREIRE, 2015, p. 202). Em 2008, ocorreu o episódio conhecido como Crise do Gás, entre a Ucrânia e a Gazprom, companhia estatal russa de grande expressão no setor. Segundo a companhia, o Estado ucraniano acumulou dívidas no que tange ao serviço prestado pela empresa (BALMACEDA, 2009, p. 22). A infraestrutura utilizada na extração, de acordo com Pirani (2009, p. 2), assim como transporte e fornecimento do gás, foi instalada durante a União Soviética, sendo, portanto, responsabilidade da Gazprom. A companhia ucraniana, Naftogaz, reivindicou posse dos gasodutos, mas não obteve sucesso, devido às dívidas e à impossibilidade de pagá-las, pois o país enfrentava uma recessão.

A corrupção também foi um forte entrave para a crise do gás, atrasando o processo de desenvolvimento político e econômico na Ucrânia. Dias (2015, p. 45), sintetiza:

A corrupção e a desigualdade socioeconômica escalaram para níveis inaceitáveis [...] as ligações pouco transparentes dos oligarcas ucranianos à Rússia, sobretudo no setor energético, agravaram os níveis de dependência do país, deixando-o vulnerável a pressões políticas e econômicas por parte de Moscovo.

Em 2013, a Ucrânia negociou e esteve prestes a assinar, junto a outros países do Leste Europeu, um acordo de associação com a União Europeia, focado no comércio entre o bloco e esses países. Entretanto, a Rússia, meses antes da data estipulada para a assinatura, de acordo com Cameron (2014),

impôs controles aduaneiros ou quotas sobre as importações provenientes da Ucrânia, exigiu o pagamento de 1 bilhão de dólares em dívidas do fornecimento de gás, ameaçou aumentar o preço do gás neste inverno e introduziu restrições para que ucranianos possam entrar na Rússia para trabalhar.

Ainda sobre a relação russo-ucraniana em torno do gás natural, Balmaceda (2009, p. 9) reitera que “a energia é um excelente exemplo das dificuldades da Ucrânia em delimitar um interesse nacional ‘ucraniano’ distinto, separado da Rússia”⁹, consequência de séculos em que o Império e, posteriormente, a URSS dominaram e controlaram as esferas políticas, econômicas e culturais da Ucrânia.

4.2 Conflito

Entre novembro de 2013 e fevereiro de 2014, ocorreu uma série de manifestações, de cunho nacionalista, em Kiev, capital da Ucrânia, episódio conhecido como EuroMaidan, que ganhou esse nome devido à praça Maidan Nezalejnosti, onde os protestos se concentravam. A origem dos protestos foi, principalmente, a insatisfação popular, com destaque para as camadas jovens e estudantis. Ligada ao governo russo, a estrutura política ucraniana apresentava entraves à mudança e modernização. Para a nova classe política que se formava, isso significaria o fim da dependência em relação à Rússia, surgindo um novo posicionamento, onde a União Europeia (UE) seria a maior parceira política e econômica da Ucrânia (SHVEDA e PARK, 2016, p. 85-6).

A relação com o bloco foi o estopim para a eclosão dos movimentos populares, logo após o então presidente, Viktor Yanukovitch, voltar atrás em sua decisão de assinar um acordo de cooperação com a União Europeia. A fragilidade das bases governamentais também ficou em evidência nesse período, principalmente devido à forma violenta com que as forças policiais responderam aos protestos. Destarte, ao fim de fevereiro de 2014, Yanukovitch foi deposto de suas funções (DIAS, 2015, p. 45-6).

Para a Rússia, o alinhamento do país vizinho com a União Europeia significaria uma grande perda para o seu domínio político na região, composta por ex-membros da URSS, que desde o fim da Guerra Fria, estavam sob influência da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN). De acordo com Mielniczuk (2014, p. 7-9), a OTAN, juntamente com a UE, incentivou as manifestações do EuroMaidan e deu apoio aos grupos extremistas em ascensão

⁹ “In fact, energy is a prime example of Ukraine’s difficulty in delimiting a distinct ‘Ukrainian’ national interest, separate from Russia’s.” Tradução da autora.

no país, que possuíam discursos xenofóbicos, principalmente contra russos, e cujo objetivo maior era derrubar o governo de Yanukovitch.

A maior consequência da tensão na Ucrânia foi a anexação da Crimeia pela Rússia, em março de 2014, após a realização de um plebiscito, onde mais de 90% dos votos eram favoráveis a essa mudança. Além das vastas reservas de gás natural, a região disputada ocupa posição de destaque no quesito étnico, porquanto a população da Crimeia corresponde a cerca de 65% de russos (BONET, 2016).

Durante o século XX, o pensamento predominante na Ucrânia dizia respeito ao pertencimento étnico e cultural, mesmo com a presença de diversas línguas diferentes, em detrimento do pertencimento enquanto Nação. Entretanto, o episódio do EuroMaidan causou profundas mudanças na forma como os civis da Ucrânia se posicionam perante conflitos geopolíticos. Os símbolos tidos como nacionais, a exemplo da língua e cultura, passaram a ser mais exaltados pelos ucranianos, na mesma medida em que símbolos do Estado russo tornaram-se motivo de repulsa (KULYK, 2016, p. 91-3).

No seguinte tópico, será discorrido acerca da participação das instituições religiosas na política da região em destaque. Da mesma forma, será abordado o impacto do conflito dentro destas instituições.

4.3 Participação das Igrejas Ortodoxas e o Cisma de 2018

A dissidência geopolítica entre Rússia e Ucrânia se manifestou nas mais diversas instituições civis nos dois países, entre elas, a Igreja Ortodoxa. Gerou-se, então, o cisma entre os Patriarcados da Rússia e de Constantinopla, após este anular o vínculo que subordinava a Igreja Ortodoxa Ucraniana ao Patriarcado russo, em novembro de 2018 (GIELOW, 2019).

Os laços entre as Igrejas e os Estados aqui discutidos, após o fim da URSS, desenvolveram-se de maneiras distintas. Enquanto na Rússia, como afirma Korniichuk (2016, p. 245-9), a Igreja Ortodoxa voltou a ocupar posição de destaque, sendo primordial para o entendimento das formações étnicas e culturais do país, na Ucrânia a instituição ficou em segundo plano e foi mantida a pluralidade religiosa. O retorno da vida religiosa na Rússia trouxe, igualmente, para o contexto político e social atual, o conceito de Mundo Russo, amplamente utilizado pela parceria entre Igreja e Estado como instrumento de *soft power*. Estas instituições possuem políticas cooperativas a longo prazo, permitindo a promoção dos valores cristãos não somente no Estado russo, mas também nas nações vizinhas, dando maior atenção para Ucrânia e Bielorrússia (PETRO, 2018, p. 03-5). Destarte, a IOR fez-se presente

no conflito contemporâneo porque “o ‘mundo russo’ não só se tornou a base da ideologia neoimperial russa, como é usada pelas autoridades russas para justificar a intervenção no território da Ucrânia”¹⁰ (KORNIICHUK, 2016, p. 249).

A Igreja Russa possui um departamento próprio de relações exteriores, o DECR (do inglês, Department for External Church Relations), fundado em 1946 e presidido desde 2009 pelo Bispo Hilarion, Metropolita de Volokolamsk. Este departamento é responsável pelo contato do Patriarcado de Moscou com outras entidades religiosas e não religiosas ao redor do mundo, cumprindo a função de porta-voz dos anúncios e resoluções sinodais tomadas pela IOR. Entre elas, aquelas que abrangem o cisma e a relações ecumênicas entre Patriarcados, após a cisão. Ademais, é o meio pelo qual a Igreja Ortodoxa Russa mantém seus interesses e decisões alinhadas ao governo, tanto interna quanto externamente (DECR, 2020).

A política externa da Rússia no início do atual século, segundo Blitt (2011, p. 366-372) trouxe novas preocupações no âmbito da segurança nacional: a necessidade de proteção e estímulo da espiritualidade e da cultura. Ao mesmo tempo, apontava como ameaça a presença de religiões estrangeiras, mesmo aquelas que já faziam parte da vida religiosa no país, sob a justificativa de que essas organizações comprometeriam a unidade sociopolítica. Novamente, o Mundo Russo se faz presente nesse contexto, institucionalizado pelo Governo através da *Russkiy Mir Foundation*, criada em 2007, para a promoção de valores e idioma russos, com forte atuação da IOR e ênfase na ortodoxia enquanto parte da cultura local. Ainda sobre este termo, Petro (2018, p. 8) afirma que, ao posicionar-se em relação ao conflito com a Ucrânia,

o presidente Putin construiu uma narrativa que retratava a anexação da Crimeia como tanto uma defesa contra ameaças iminentes à identidade russa desta região, quanto um retorno a sua própria esfera cultural russa - um objetivo alinhado com os objetivos do mundo russo.¹¹

Desta forma, tanto Estado russo quanto a Igreja Ortodoxa utilizaram características culturais e religiosas para exercer o domínio sobre a Ucrânia, gerando um embate entre os Patriarcados de Moscou e de Kiev da Igreja Ortodoxa Ucraniana. Algumas paróquias pertencentes à Moscou solicitaram a transferência de sua administração para Kiev, com discordâncias acerca do processo, em maiores ou menores proporções, após os protestos do

¹⁰ “The Patriarch’s doctrine of the “Russian World” has not only become the basis for Russian neo-imperial ideology, it is used by Russian authorities to justify intervention in the territory of Ukraine”. Traduzido pela autora.

¹¹ “President Putin constructed a narrative that portrayed the annexation of Crimea as both a defense against imminent threats to the Russian identity of this region, and as a return to its proper Russian cultural sphere--an objective in line with the objectives of the Russian World”. Traduzido pela autora.

EuroMaidan, em 2013. A eclosão do conflito fez com que a mudança de jurisdição se tornasse urgente devido a crescente insatisfação de clérigos e fiéis quanto à “politização dos sermões religiosos e a recusa de alguns padres em prestar serviço fúnebre para ativistas do EuroMaidan e soldados ucranianos”.¹² (KORNIICHUK, 2016, p. 248).

O Patriarca Kirill, da Igreja Russa, manteve-se em posição de neutralidade mediante o conflito, apontando apenas a existência de um “fratricídio”. Alguns meses depois, o Patriarca afirmou que a paz entre os territórios é essencial para a preservação da unidade espiritual da “Santa Rússia”, ao mesmo tempo em que, para Kirill, os nacionalistas pró-Ucrânia causavam desordem na civilização ortodoxa, contrariando os valores pregados pelo Mundo Russo (SUSLOV, 2016, p. 140-3).

As instituições ortodoxas independentes ucranianas, durante a dissidência, entraram em acordo no que tange ao pedido de paz e retirada das tropas russas de seu território, com enfoque no direito do país, incluindo a Crimeia, de exercer a autodeterminação. Igualmente, os párocos forneceram assistência aos manifestantes, seja disponibilizando abrigos e alimentos, ou exercendo serviços religiosos, como orações em grupo, dentro e fora dos principais pontos de ação, como aponta o IECS Report 2 (2016). O documento ainda afirma que, após dois anos da anexação, as paróquias da Crimeia não foram transferidas para a administração da IOR, permanecendo dentro da IOU do Patriarcado de Moscou.

Nos meses seguintes à anexação da Crimeia, os fiéis ucranianos que apoiavam os russos demonstravam identificação com a Igreja Ortodoxa Ucraniana do Patriarcado de Moscou, enquanto aqueles que se definiam como membros de uma das Igrejas de jurisdição ucraniana, eram mais suscetíveis a apoiarem a Ucrânia. Todavia, mesmo com a atuação conciliatória exercida pelas Igrejas ucranianas em 2013, a conclusão do EuroMaidan foi vista como algo de caráter “divino”, contribuindo para a divergência política na região. Assim, o desejo de autocefalia voltou a ser discutido entre clérigos e fiéis. (IECS... 2016).

Ainda que o conflito tenha sido um estopim para despertar o novo pedido de autocefalia da Igreja Ortodoxa Ucraniana, a diversidade religiosa no país foi crucial à época do conflito, posto que nenhuma religião em específico é vista como aliada ou pertencente ao Estado. Além disso, a violência promovida pelas forças militares russas dentro da Ucrânia criou um sentimento de insatisfação entre os fiéis da IOU, reforçado pela posição neutra que a Igreja Russa assumiu diante os eventos. Assim,

¹² “politicization of religious sermons and the refusal of some priests to perform funeral service for activists of Euromaidan and Ukrainian soldiers”. Traduzido pela autora.

Enquanto a agressão russa continuava e a sociedade ucraniana se aproximava para defender sua identidade [...] Em abril de 2018, o presidente ucraniano Petro Poroshenko e o parlamento ucraniano pediram ao Patriarca Ecumênico Bartolomeu [de Constantinopla] que concedesse o status de autocefalia à igreja ucraniana (ELSNER, 2019, p. 10-1).¹³

Após o pedido, o Patriarcado de Constantinopla acabou por conferir o reconhecimento canônico das jurisdições da Igreja Ortodoxa Ucraniana do Patriarcado de Kiev e da Igreja Ortodoxa Autocéfala Ucraniana. A reação da IOR foi romper laços ecumênicos com Constantinopla, o que Elsner (2019, p. 11) aponta como uma atitude individual, que “permaneceu unilateral e não causou um cisma. Ao mesmo tempo, nenhuma outra igreja acolheu a recém-criada igreja da Ucrânia”.¹⁴

Ao final de 2018, Kirill revogou a Carta do Sínodo de 1686, que subordinava a Igreja Ucraniana ao Patriarcado de Moscou. Em dezembro do mesmo ano, meses após o rompimento entre Moscou e Constantinopla, representantes da IOU e da IOAU reuniram-se em sínodo, juntamente ao presidente ucraniano. Fundaram, então, uma comunidade eclesial denominada Igreja Ortodoxa da Ucrânia, liderada por Epifânio, chamado Metropolita de Kiev e de Toda Ucrânia (PONOMARIOV, 2019, p. 3).

¹³ “While the Russian aggression continued on and the Ukrainian society grew closer to defend its identity [...] In April 2018, Ukrainian presidente Petro Poroshenko and the Ukrainian parliament asked the Ecumenical Patriarch Bartholomew to grant the status of autocephaly to the Ukrainian church.” Traduzido pela autora.

¹⁴ “It remained one-sided and did not cause a schism. At the same time, no other church has of yet welcomed the newly established church of Ukraine.” Traduzido pela autora.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho teve como objetivo compreender, no contexto do conflito que envolve Rússia e Ucrânia, as relações entre a religião ortodoxa e o Estado, que acabaram por resultar na separação entre as Igrejas dos dois países. Identificou-se, através do levantamento bibliográfico, a influência da Igreja Ortodoxa nas estruturas político-sociais dos países no qual a pesquisa se concentra. Além disso, investigou-se o impacto das instituições ortodoxas no conflito em questão, assim como o impacto que as Igrejas vêm sofrendo deste mesmo conflito. Por fim, examinou-se o rompimento da Igreja Ortodoxa Russa (IOR) com o Patriarcado de Constantinopla e com a Igreja Ortodoxa Ucraniana (IOU), ilustrando a forma como as Igrejas Ortodoxas se estruturam.

A disciplina de Relações Internacionais tem vivenciado grandes transformações no que diz respeito aos seus objetos de estudo. Ampliaram-se ricamente as temáticas de pesquisa para áreas anteriormente negligenciadas, como Religião e RI. Com isso, é possível constatar a presença da religião e de instituições religiosas na política interna e externa dos países. No conflito de Rússia e Ucrânia, é visto que os ideais nacionalistas caminham junto à religião para alcançar os objetivos dos grupos de interesse, como governos, elites políticas, população civil e as próprias Igrejas.

A Igreja Ortodoxa, dentro da Rússia, é de suma importância para o entendimento da construção da cultura e valores locais e do idioma russo, como apontado no terceiro tópico deste trabalho. Com o batismo da família real, no século X, e a profunda ligação entre os czares e a religião, a IOR, ao longo dos séculos, serviu como instrumento de legitimação divina da monarquia russa, até mesmo em períodos de divergência. O que a pesquisa pôde identificar é que apesar dos períodos políticos turbulentos, onde religião e Estado afastavam-se, como na ateuista União Soviética, a religião ortodoxa constitui uma forte influência nos processos de tomada de decisão dos governantes.

A dissolução da URSS deu à Igreja Russa espaço de atuação mais amplo dentro do Estado agora federativo, ao passo que ambos conseguem se beneficiar dessa relação restaurada. A retomada dos discursos de legitimação divina proclamados pelo Patriarca, agora destinados ao presidente Vladimir Putin, é essencial para a validação do Mundo Russo e a defesa dos valores nacionais supostamente ameaçados. Enquanto isso, a Igreja prega o conceito de Santa Rússia, contribuindo diretamente para a visão de que Rússia, Ucrânia e Bielorrússia devem permanecer em unidade. Entretanto, o mesmo não acontece na Ucrânia. Ambas as Igrejas foram duramente perseguidas durante o regime soviético, porém o Estado

ucraniano independente não se aliou à Igreja com a mesma intensidade; a Igreja Ucraniana, subjugada à Rússia, tampouco possuía autoridade para atuar na defesa da cultura de seu país, trazendo à tona a necessidade do cisma.

O conflito entre os dois países, iniciado há mais de vinte anos, que findou na anexação da Crimeia pela Rússia, foi o estopim para que a IOU conseguisse a tão ansiada autocefalia. Esta pesquisa demonstra, portanto, que apesar da dissidência russo-ucraniana representar ao primeiro olhar, consequência de diversas desavenças políticas, existe também o fator religioso profundamente conectado a ela. Esse fator não está somente na atuação dos atores estatais, mas igualmente à percepção da população civil sobre o conflito, como no caso dos fieis descontentes com a neutralidade da IOR diante a agressividade das tropas russas. Dessa forma, o cisma do Patriarcado de Moscou e Constantinopla, que forneceu a autocefalia às Igrejas Ucranianas, é resultado dos valores ideológicos russos sendo contrariados não só geopoliticamente, mas também no âmbito das instituições religiosas.

Assim, é possível observar que a Igreja Ortodoxa Russa representa um instrumento de *soft power* do Estado russo, em razão da maneira como o mesmo utiliza-se dos dogmas religiosos e do tamanho da instituição, para validar o nacionalismo e a defesa de seus próprios interesses. Além disso, a religião ortodoxa é indispensável para a consolidação do ideal russo de unidade, bem como na hegemonia perante os países ex-URSS. A pesquisa buscou, através dos questionamentos levantados, ampliar não só as temáticas de Religião e RI na academia brasileira, mas também contribuir para a expansão dos estudos referentes ao caráter religioso das nações do Leste Europeu. A região, que é vista apenas sob a ótica de Segurança e Geopolítica, no Brasil, possui um vasto terreno a ser explorado no que tange às instituições religiosas, principalmente as cristãs. Ademais, os países aqui abordados – Rússia e Ucrânia – estão em constante discordância política, assim como suas Igrejas ainda não concluíram os conflitos que as envolvem.

REFERÊNCIAS

- ANDERSON, John. Putin and the Russian Orthodox Church: Asymmetric symphonia? *Journal Of International Affairs*, New York, v. 61, n. 1, p. 185-201, Fall/Winter, 2007.
- BALMACEDA, Margarita M. Intermediaries and the Ukrainian Domestic Dimension of the Gas Conflict. *Russian Analytical Digest*, Zurique, n. 53, p. 9-12, jan. 2009. Disponível em: <<https://css.ethz.ch/content/dam/ethz/special-interest/gess/cis/center-for-securities-studies/pdfs/RAD-53.pdf>>. Acesso em: 29 de abril de 2020.
- BALMACEDA, Margarita M. Background to the Russia-Ukrainian Gas Crisis: Clarifying Central Issues and Concepts. *Russian Analytical Digest*, Zurique, n. 53, p. 22-3, jan. 2009. Disponível em: <<https://css.ethz.ch/content/dam/ethz/special-interest/gess/cis/center-for-securities-studies/pdfs/RAD-53.pdf>>. Acesso em: 29 de abril de 2020.
- BEZERRA, Valdir. De volta para o passado: a aproximação de Putin com a Igreja Ortodoxa russa e a retomada da religião como fator de identidade regional. *Revista Intellector: Centro de Estudos em Geopolítica e Relações Internacionais*, Rio de Janeiro, v. 16, n. 31, p. 48-58, jun. 2019. Semestral. Disponível em: <www.revistaintellector.cenegri.org.br>. Acesso em: 27 de abril de 2020.
- BLITT, Robert. Russia's Orthodox Foreign Policy: the Growing Influence of the Russian Orthodox Church in Shaping Russia's Policies Abroad. *University of Pennsylvania Journal of International Law*, n.33, 2011, p. 363-460. Disponível em: <<https://scholarship.law.upenn.edu/jil/vol33/iss2/2>>. Acesso em: 07 de abril de 2020.
- BOCIURKIW, Bohdan R. The politics of religion in the Ukraine: the Orthodox Church and the Ukrainian Revolution, 1917-1919. *Kennan Institute For Advanced Russian Studies: Occasional Papers*, Washington, D.C., v. 1, n. 1, p. 1-72, 1985.
- BONET, Pilar. Crimeia, a obsessão de Putin. *El País*. 26 jun. 2016. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2016/06/29/eps/1467215735_437122.html>. Acesso em: 16 de junho de 2020.
- CAMERON, David R. Ucrânia respira com menor taxaço do gás russo, mas falência é iminente. *Epoch Times, Brasil*, 2014. Disponível em: <<https://www.epochtimes.com.br/ucrania-respira-menor-taxacao-gas-russo-falencia-iminente/>>. Acesso em: 18 de março de 2021.
- DECR, Department For External Church Relations Of The Moscow Patriarchate (org.). Present-day activities. Disponível em: <<https://mospat.ru/en/departament/today/>>. Acesso em: 17 de agosto de 2020.

- DIAS, Vanda Amaro. As dimensões interna e internacional da crise na Ucrânia. *Relações Internacionais*, Lisboa, n. 45, p. 45-55, mar. 2015. Disponível em <http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1645-91992015000100003&lng=pt&nrm=iso>. Acesso: em 29 de abril 2020.
- DICIO, Dicionário Online de Língua Portuguesa. Disponível em: <<https://www.dicio.com.br/cisma/>>. Acesso em: 08 de janeiro de 2020.
- ELSNER, Regina. Orthodox Church of Ukraine: Challenges and Risks of a New Beginning. *Russian Analytical Digest*, n.231, 2019, pp. 09-13. Disponível em: <<http://www.css.ethz.ch/en/services/digital-library/publications/publication.html/d4812602-643c-43b4-b11c-352b91d527ff>>. Acesso em: 23 de abril de 2020.
- ESTRADA, Rodrigo Duque. Notas preliminares para uma agenda de pesquisa em Religião e Relações Internacionais. In: CARLETTI, Anna; FERREIRA, Marcos Alan S. V. *Religião e Relações Internacionais: dos debates teóricos ao papel do cristianismo e do islã*. Curitiba: Juruá Editora, 2016, pp. 53-86.
- FELLER, Vitor. BENNERT, Everton. A equivalência do Per Filium e do Filioque como resposta ao cisma entre Oriente e Ocidente. *Encontros Teológicos*, v.34, n.1, 2019, pp.121-138. Disponível em: <<https://facasc.emnuvens.com.br/ret/article/view/943>>. Acesso em: 19 de setembro de 2019.
- FERRARA, Pasquale. Religiões e Relações Internacionais: um enquadramento teórico. In: CARLETTI, Anna; FERREIRA, Marcos Alan S. V. *Religião e Relações Internacionais: dos debates teóricos ao papel do cristianismo e do islã*. Curitiba: Juruá Editora, 2016, pp. 87-119.
- FERREIRA, Marcos Alan SV. *O fenômeno religioso e as relações internacionais: perspectivas analíticas as novas agendas de pesquisa no Brasil. Perspectivas e debates em segurança, defesa e relações internacionais*. 1ed. Rio de Janeiro/Macapá: Autografia/Editora da Univ. Fed. do Amapá, 2015.
- FERREIRA, Marcos Alan S. V.; CARLETTI, Anna C.. Religião no ensino e na pesquisa em Relações Internacionais do Brasil. *Meridiano 47 - Journal Of Global Studies*, [S.L.], v. 19, n. 7, p. 1-17, 25 abr. 2018. Instituto Brasileiro de Relacoes Internacionais. <http://dx.doi.org/10.20889/m47e19003>.
- FOX, Jonathan; SANDLER, Shmuel. *Bringing Religion into International Relations*. New York: Palgrave Macmillan, 2004. 212 p. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/309312276_Bringing_Religion_into_International_Relations. Acesso em: 21 jan. 2021.

- FOX, Jonathan. The Rise of Religious Nationalism and Conflict: ethnic conflict and revolutionary wars, 1945-2001. *Journal Of Peace Research*, [S.L.], v. 41, n. 6, p. 715-731, nov. 2004. SAGE Publications. <<http://dx.doi.org/10.1177/0022343304047434>>. Acesso em: 15 de fevereiro de 2021.
- FREEZE, Gregory L. Russian Orthodoxy: Church, people and politics in Imperial Russia. In: *The Cambridge History of Russia: Volume II - Imperial Russia, 1689–1917*. Cambridge: Cambridge University Press, 2006. p. 284-305. Edited by Dominic Lieven.
- FREIRE, Maria Raquel. A Federação Russa. In.: FREIRE, Maria Raquel (coord.). *Política Externa: As relações internacionais em mudança*. Coimbra: Coimbra University Press, 2º edição, 2015, pp. 191-217.
- GIELOW, Igor. Igreja da Ucrânia se separa de Moscou no maior cisma cristão desde o século 16. Folha de São Paulo. 5 jan. 2019. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2019/01/igreja-da-ucrania-se-separa-de-moscou-nomaior-cisma-cristao-desde-o-seculo-16.shtml>>. Acesso em: 18 de setembro de 2019.
- GOERTZ, Hajo. 1918: Desapropriação da Igreja Ortodoxa russa. 23 jan. 2020. Deutsche Welle Brasil. Disponível em: <<https://p.dw.com/p/1jOe>>. Acesso em: 10 de abril de 2020.
- HIEROTHEOS. Catecismo Visual da Igreja Ortodoxa. 1994. Adaptado por Pe. André Sperandio. Disponível em: <<https://www.ecclesia.com.br/biblioteca/catequese/index.html>>. Acesso em: 05 fevereiro 2020.
- HAYNES, Jeffrey. Religião nas Relações Internacionais: teoria e prática. In: CARLETTI, Anna; FERREIRA, Marcos Alan S. V. *Religião e Relações Internacionais: dos debates teóricos ao papel do cristianismo e do islã*. Curitiba: Juruá Editora, 2016, pp. 21-52.
- HURLBUT, Jesse Lyman. *História da Igreja Cristã*. São Paulo: Editora Vida, 1979.
- IECS Report 2: Church and Religion in Ukraine The Religious Dimension of the Current Conflict. 2. ed. Nijmegen: Institute Of Eastern Christian Studies, 2016. 12 p. Disponível em: <https://www.ru.nl/publish/pages/799401/iecs-report2.pdf>. Acesso em: 10 set. 2020.
- KALKANDJIEVA, Daniela. Orthodoxy and Nationalism in Russian Orthodoxy. *ST Vladimir's Theological Quarterly*, v. 57, n. 3-4, p. 281-303, 2013. Disponível em <https://www.academia.edu/1726016/ORTHODOXY_AND_NATIONALISM_IN_RUSSIAN_ORTHODOXY>. Acesso em: 27 de março de 2020.
- KALKANDJIEVA, Daniela. Orthodox Churches in the Post-Communist Countries and the Separation between Religion and State. In: BHUIYAN, Md Jahid Hossain; JENSEN, Darryn (ed.). *Law and Religion in the Liberal State*. Oxford: Hart Publishing, 2020. Cap. 3. p. 35-51. DOI: 10.5040/9781509926367.ch-003

KHATLAB, Roberto. *As Igrejas Orientais Católicas e Ortodoxas - Tradições Vivas*. São Paulo: Ed. Ave Maria, 2006.

KORNIICHUK, Iuliia. The Impact of the Russian-Ukrainian Military Conflict on Religious Life in Ukraine. *Białostocki Teki Historyczne*, v. 14, 2016, pp. 245-261. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/11320/4959>>. Acesso em: 14 de abril de 2020.

KULYK, Volodymyr. Language and identity in Ukraine after Euromaidan. Thesis Eleven, [S.L.], v. 136, n. 1, p. 90-106, out. 2016. SAGE Publications: <<http://dx.doi.org/10.1177/0725513616668621>>. Acesso em: 02 de setembro de 2020.

LAINE, Veera. What has remained of the USSR: exploring the erosion of the post-soviet space. FIIA Report, Helsinki, v. 1, n. 1, p. 195-216, fev. 2019. Finnish Institute Of International Affairs. Disponível em: <https://www.fiia.fi/en/publication/what-has-remained-of-the-ussr>. Acesso em: 27 de abril de 2020.

LEITE, Alexandre Cesar Cunha. LUCENA, Arthur Mastroiani. NOBRE, Fábio. Invasão à Crimeia: influência ocidental na Ucrânia e retaliação russa. *Carta Internacional*, [s.l.], v. 15, n. 1, p. 29-55, 3 abr. 2020. Associação Brasileira de Relações Internacionais - ABRI. <http://dx.doi.org/10.21530/ci.v15n1.2020.942>. Acesso em: 29 de abril de 2020.

LOIACONO, Mauricio. A igreja ortodoxa no Brasil. São Paulo: *Revista USP*, n. 67, p. 116-131, 2005.

MCGUCKIN, John Anthony. *The Orthodox Church: An Introduction to its History, Doctrine and Spiritual Culture*. 1. ed. Oxford: Blackwell Publishing, 2008.

MIELNICZUK, Fabiano. A crise ucraniana e suas implicações para as Relações Internacionais. *Revista Conjuntura Austral*, Vol. 5, nº. 23, Abril e Maio 2014, pp. 04-19. Disponível em: <<https://seer.ufrgs.br/ConjunturaAustral/article/view/46849>>. Acesso em: 20 de abril de 2020.

NYE, Joseph S. *Paradoxo do Poder Americano*. São Paulo: Editora UNESP, 2002.

PETRO, Nicolai N.. The Russian Orthodox Church. In: TSYGANKOV, Andrei P.. *Routledge Handbook of Russian Foreign Policy*. Londres: Routledge, 2018. p. 217-232.

PIRANI, Simon. The russo-ukrainian Gas dispute 2009. *Russian Analytical Digest*, Zurique, n. 53, p. 22-23, jan. 2009. Disponível em: <https://css.ethz.ch/content/dam/ethz/special-interest/gess/cis/center-for-securities-studies/pdfs/RAD-53.pdf>. Acesso em: 29 de abril de 2020.

PONOMARIOV, Alexander. *Ukrainian Church Autocephaly: The Redrawing of the Religious Borders and Political Identities in the Conflict between Ukraine and Russia*.

Russian Analytical Digest, n. 231, 2019, p. 02-9. Disponível em: <<http://www.css.ethz.ch/en/services/digital-library/publications/publication.html/d4812602-643c-43b4-b11c-352b91d527ff>>. Acesso em: 14 de abril de 2020.

REIS, Josué Callender dos. Os concílios ecumênicos. *Revista de História*, São Paulo, v. 47, n. 28, p. 29-67, 29 mar. 1964. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/122665/119165>. Acesso em: 03 de novembro de 2020.

RESHETAR, John S. Ukrainian Nationalism and the Orthodox Church. *American Slavic and East European Review*, v. 10, n. 1, p. 38–49, 1951. Disponível em: <www.jstor.org/stable/2491745>. Acesso em: 08 de abril de 2020.

THE Holy and Sacred Synod. Ecumenical Patriarchate, 2019. Disponível em: <<https://www.patriarchate.org/holy-and-sacred-synod>>. Acesso em: 10 de outubro de 2019.

SHVEDA, Yuriy. PARK, Joung Ho. Ukraine's Revolution of Dignity: The Dynamics of Euromaidan. *Journal of Eurasian Studies*, 2016, v. 7, n. 1, pp. 85–91. DOI: <10.1016/j.euras.2015.10.007>. Acesso em: 25 de maio de 2020.

SOARES, Pedro Gustavo Cavalcanti. O Secular, o secularismo e a secularização: conceitos análogos e concepções divergentes. In.: CARLETTI, Anna; NOBRE, Fábio R. F.; FERREIRA, Marcos Alan S. V. *Relações internacionais e religião reflexões rumo a um contexto pós-laicista*. João Pessoa: Editora UFPB, 2020, p. 39-59.

SUSLOV, Mikhail. The Russian Orthodox Church and the Crisis in Ukraine. In.: KRAWCHUK, Andrii; BREMER, Thomas. *Churches in the Ukrainian Crisis*. Londres: Palgrave Macmillan, 2016.

WARE, Kallistos. Igreja Ortodoxa. Traduzido por Padre Pedro Oliveira. Disponível em: <<http://porto.cerkov.ru/igreja-ortodoxa-pelo-bispo-kallistos-ware/>>. Acesso em: 28 janeiro de 2020.

WEEKS, Theodore R. Managing empire: tsarist nationalities policy. In: *The Cambridge History of Russia: Volume II - Imperial Russia, 1689–1917*. Cambridge: Cambridge University Press, 2006. p. 27-44. Edited by Dominic Lieven.